

O CONHECIMENTO PRÉVIO E A INTERAÇÃO LEITOR-TEXTO

Alessandra Baldo*

RESUMO: Partindo do pressuposto de que a noção de textualidade implica a de coerência, e a de que esta, por sua vez, implica a de conhecimento prévio partilhado, o artigo procura mostrar a indivisibilidade destas noções teóricas a partir do conceito de topos argumentativo de Ducrot (1989) em trechos de entrevistas realizadas durante o projeto Varsul.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento prévio; coerência; interação leitor/ouvinte-texto; topos argumentativo.

1 INTRODUÇÃO

Embora não seja a única, há uma condição que necessariamente deve ser preenchida para que um texto possa ser concebido como tal: ele deve ser coerente para o leitor, ou, quando se tratar de textos orais, para o ouvinte. Do não preenchimento desta condição decorre o não-entendimento do texto, e, conseqüentemente, a não interação leitor/ouvinte-texto.

Neste sentido, parece fundamental uma resposta à seguinte questão: como explicar o conceito de coerência textual? Poderíamos tentar respondê-la voltando-nos à análise dos elementos lingüísticos em si, não fosse a quantidade considerável de trabalhos de lingüistas do texto nos lembrando permanentemente que a noção de coerência envolve muito mais do que o material lingüístico. Descartada então esta possibilidade, optamos por explicá-la, neste artigo, a partir do

* Mestre em Lingüística Aplicada pela PUC/RS. Professora do Departamento de Letras da UNISC.

fator que tem sido considerado, pela literatura especializada, o determinante para a atribuição, ou não, de coerência a um texto: o conhecimento prévio partilhado entre autor/falante e leitor/ouvinte.¹

Que os teóricos do texto têm enfatizado o papel dos diferentes tipos de conhecimentos prévios ativados pelo leitor em seu processo interpretativo – ou seja, em seu processo de atribuição de coerência – nas mais diversas modalidades de textos, é, para nós, um fato incontestável, como também o é a diversidade metodológica de suas pesquisas sobre o tópico. Qualquer revisão da literatura, por mais desinteressada que seja, comprova isso.

Entretanto, há também um outro fato que nos aparece como incontestável com relação à grande parte do material dedicado a tratar da relação coerência-conhecimento prévio, e é deste que vamos nos ocupar especificamente neste artigo. Ele se refere ao modo como seus autores a têm analisado: uma maioria limita-se a mostrar que o conhecimento prévio tem uma influência decisiva no grau de coerência ou incoerência que um dado leitor atribui a um texto através de exemplos, enquanto apenas uma minoria busca explicar a natureza desta relação, apesar de não contar, muitas vezes, com uma fundamentação teórica apropriada.

Como não desejamos aqui somente mostrar que a noção de coerência textual está indubitavelmente ligada à de conhecimento prévio partilhado entre autor e leitor, e sim tentar explicá-la a partir de um corpo de princípios teóricos consistente, nos valeremos do conceito de *topos* argumentativo, introduzido por Oswald Ducrot e Ascombre (1989) dentro de sua teoria argumentativa. Será essencialmente por meio desse conceito, que também utiliza a noção de conhecimento partilhado, como veremos a seguir, e da análise dos operadores argumentativos que conseguiremos visualizar, no decorrer

¹ Por outro lado, vale notar, como apontam Jane Silveira e Heloísa Feltes em *Pragmática e Cognição* (1997), que o entendimento do contexto como informação mutuamente conhecida em uma dada situação comunicativa tem sido alvo de críticas por parte de pragmaticistas de orientação cognitiva (ver, p. ex., Sperber e Wilson, 1995).

do artigo, a natureza do elo conhecimento prévio – coerência textual.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, o leitor encontrará uma síntese das idéias de lingüistas do texto sobre a ligação entre conhecimento prévio e coerência, bem como os fundamentos da teoria da argumentação desenvolvida por Ducrot – e, entre eles, em especial, o conceito de topos argumentativo. Após estabelecermos o ponto de interseção entre o conceito ducrotiano e a noção de coerência, passaremos então à segunda parte, dedicada à aplicação dos pressupostos teóricos a trechos de entrevistas realizadas com dozes sujeitos, constituintes do nosso corpus. Por fim, apresentaremos as considerações finais, com base na análise dos dados obtidos.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Conhecimento prévio e coerência textual

Como dissemos na introdução, há uma vasta literatura sobre o papel do conhecimento prévio na interpretação bem-sucedida dos mais diversos tipos de textos, e uma revisão extensa da literatura não é, em absoluto, o que objetivamos aqui. Mesmo assim, consideramos válido retomar algumas das idéias de três estudiosos do texto que têm se destacado no cenário nacional, Koch, Travaglia e Fávero, e de quatro importantes nomes da literatura internacional, Brown, Yule, Beaugrande e Dressler, a fim de fornecer um breve panorama das relações que têm sido feitas entre conhecimento prévio e coerência textual.²

Começando pelos lingüistas brasileiros, Travaglia e Koch (1989) afirmam que, para o cálculo da coerência, o conhecimento de mundo é tão importante quanto o lingüístico na medida em que ele permite a realização de processos cruciais para a compreensão. Entre estes processos, estariam (a) a construção de um mundo textual, (b)

² Estamos conscientes de que nossa escolha é injusta ao não citar autores tão importantes como Van Dijk, Kintsch, Halliday e Hasan. Como uma tentativa pálida de remediar, os citamos aqui.

o relacionamento de elementos do texto – frases, expressões – que, à primeira vista, parecem incoerentes, por meio de inferências, (c) o estabelecimento da continuidade de sentido, através do conhecimento ativado pelas expressões do texto na forma de conceitos e modelos cognitivos, e, por fim, (e) a construção da macroestrutura, ou seja, do tipo de texto com que o leitor está interagindo.

Mais tarde, Koch (1997) recorre à classificação de Heinemann e Viehweger, de 1991, subdividindo o que antes denominava de conhecimento de mundo entre conhecimento enciclopédico e conhecimento interacional. Para mostrar os sistemas de conhecimento que são acessados pelo leitor na sua busca em atribuir significado ao material que deseja, ou necessita, interpretar, esses autores esclarecem que três grandes sistemas cognitivos contribuem para o processamento textual: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional. Enquanto o primeiro corresponde ao conhecimento específico da gramática de uma dada língua, ou seja, sua estrutura fonética/fonológica, sintática e semântica, o segundo, chamado também de conhecimento de mundo, engloba toda e qualquer informação que for socioculturalmente determinada e adquirida através da experiência – desde, por exemplo, o fato de no inverno ser geralmente frio até o fato de políticos brasileiros serem em geral considerados desonestos. O último deles, o interacional, está relacionado ao conhecimento sobre as formas de inter-ação através da linguagem, e pode ser ilustrado através de um exemplo bastante simples: dificilmente alguém se dirige ao melhor amigo e ao chefe com a mesma informalidade, e isso porque sabe que o tipo de “linguagem” utilizado deve respeitar certos contratos sociais.

Ao tratar especificamente da questão da coerência, a autora deixa claro que esta não se resume a uma mera qualidade ou propriedade do texto. De modo mais complexo, Koch, juntamente com Travaglia, define a noção de coerência como o

resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional (1997, p.41).

Em outras palavras, o que Koch e Travaglia procuram mostrar é que a coerência é construída a partir do texto com base em estratégias interpretativas fundamentadas no material lingüístico, (i) no conhecimento enciclopédico, (ii) no conhecimento socioculturalmente partilhado entre os interlocutores e (iii) nas práticas sociais ativadas no curso da interação. Ou seja, que cada uma das categorias de conhecimento prévio – seja ela lingüística, interacional ou enciclopédica – sempre influirá, em maior ou menor escala, na coerência atribuída a um texto por um determinado leitor/ouvinte.³

Fávero (1998), seguindo a mesma linha de raciocínio, entende que para chegar à compreensão do texto como um todo coerente, é necessário que se trabalhe não apenas as relações coesivas – ou seja, não somente o material lingüístico em si –, mas, e principalmente, as de conexão conceitual-cognitiva – isto é, as relacionadas ao conhecimento global que o leitor possui a respeito do mundo, da situação comunicativa, das regras culturais.

Uma síntese desses pontos é encontrada no capítulo 7 de *Discourse Analysis*, de Brown e Yule (1983). A partir de um chamamento para uma palestra e de dois anúncios de jornais, todos sintéticos, os autores mostram o quanto é ilusória a idéia de que nos valem somente das palavras e da estrutura da sentença para entender o significado de uma dada mensagem lingüística, e explicitam os três mecanismos utilizados para a atribuição de coerência a textos. No seu entender, interpretar um texto envolve sempre (i) um cálculo da função comunicativa (ou seja, como deve-se entender a mensagem, em termos de atos de fala), (ii) a utilização de conhecimento sociocultural geral e (iii) a determinação das inferências que precisam ser feitas.

Fecharemos esse apanhado das relações feitas entre coerência-conhecimento prévio por lingüistas do texto com

³ Nesse caso, entrando também a situação comunicativa específica e o leitor específico para definirem o grau de influência das categorias de conhecimento prévio.

Beaugrande e Dressler (1981), já que, entre os selecionados aqui, são eles os que mais intimamente associam as duas noções. Para os autores, a base da coerência textual é a continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões lingüísticas do texto, e deve ser percebida tanto na codificação – produção – como na decodificação – compreensão – dos textos. Conseqüentemente, eles definem como incoerente

aquele texto em que o leitor não consegue descobrir nenhuma continuidade, comumente porque há uma séria discrepância entre a configuração de conceitos e de relações expressas e o *conhecimento anterior de mundo dos receptores* (1981, p.84) [itálico nosso].

Passemos agora à teoria semântica introduzida por Ducrot, denominada de teoria da argumentação, ou de semântica argumentativa. Nossa intenção é aproximar o leitor dos princípios sob os quais Ducrot ergueu sua teoria, e, especialmente, contextualizar o conceito de topos argumentativo, fundamental aqui. Como decorrência natural, nos deteremos somente nos pontos que consideramos mais importantes.

2.2 Teoria da argumentação

Contrário ao que denomina de concepção tradicional da argumentação, segundo a qual a língua, entendida como o conjunto de frases utilizadas para mostrar um dado argumento, não teria um papel essencial, Ducrot constrói sua teoria a partir da hipótese de que a argumentação está, essencialmente, na língua.

Para ilustrar seu ponto de vista, ele utiliza, entre outras, as seguintes construções:

- (a) João foi à festa.
- (b) Até João foi à festa.

a partir das quais conclui que, enquanto os fatos colocados em ambas são iguais – o comparecimento de João à festa –, é a presença do morfema até em (b) que define a diferença de grau na

argumentatividade das frases. E é bastante simples verificarmos a procedência de sua observação: por exemplo, apenas (b) é adequada para nos mostrar que a pessoa denominada João não costuma ir a festas. Podemos, ainda, imaginar uma situação mais complexa, na qual um falante X pergunta a outro, digamos Z, se havia muitas pessoas na festa referida na frase. Nesse caso, a resposta mais argumentativa viria novamente na forma do enunciado (b).

Com base em duplas de frases como essas, então, Ducrot junta evidências a favor de sua teoria da argumentação, que procura mostrar que a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados – ou seja, que é a própria frase que indica como se pode e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.⁴

2.2.1 Operadores argumentativos e topos argumentativo

Vejamos mais um exemplo, introduzindo agora os conceitos de operadores argumentativos e de topos argumentativo (topoi, na forma plural). Analisemos as frases abaixo:

(a') São quase oito horas.

(b') Não são nem oito horas.

Para Ducrot, à igualdade do fato colocado por ambas – não são oito horas – contrapõem-se uma diferença no grau argumentativo, indicada através do morfema quase utilizado na construção da frase (a'), e do morfema nem, na (b'). Tais morfemas, entre os quais o até da frase (b) acima se insere, são denominados de operadores argumentativos pelo autor, e sua função é a de produzir a determinação da argumentatividade da frase.

A fim de comprovar sua tese de que a argumentatividade está de fato na língua, Ducrot, juntamente com Ascombre, desenvolve a

⁴ É fundamental, para a compreensão, assinalar a diferença que Ducrot faz entre frase e enunciado: enquanto a frase é uma estrutura abstrata, o enunciado é um segmento do discurso, com lugar, data, produtor e ouvinte(s) determinados – ou seja, ele é único.

noção teórica que denomina de topos argumentativo. Um topos, para os autores, nada mais é do que um princípio argumentativo que deve, em primeiro lugar, ser compartilhado pelas pessoas envolvidas no ato comunicativo. Ilustraremos os conceitos através das frases (a') e (b') acima, inseridas na seguinte situação comunicativa: faltam 5 minutos para 8 horas da noite, A convida B para assistir a um filme cuja sessão inicia em 15 minutos; ambos estão saindo do trabalho, e distantes aproximadamente 30 minutos do cinema. Dadas essas condições, se B responder com a seqüência de palavras exposta em (a'), A concluirá que B está dizendo que não chegarão a tempo – devido, nesse caso, à presença do operador argumentativo quase – e, portanto, provavelmente recusando o convite. Contudo, se B responder com a frase (b'), é bem mais provável que A esteja mostrando que há uma possibilidade de o convite ser aceito, e isso dado o uso de outro operador argumentativo, nem.

No entanto, Ducrot mostra que a análise da significação e do grau de argumentatividade dos operadores funciona apenas parcialmente como garantia de que, se pensarmos em nosso exemplo, o significado da mensagem de B foi realmente compreendido por A, e vice-versa⁵: há casos em que, além dos operadores argumentativos, é fundamental que o mesmo princípio argumentativo – ou topos – esteja vigorando para que se tenha assegurada uma comunicação bem-sucedida.

Além de ser compartilhado pelo menos pelas pessoas envolvidas na comunicação – seu caráter universal, de acordo com a teoria – um topos, para poder configurar-se como tal, deve atender a duas outras características: a generalidade e a gradualidade. A primeira delas, bastante simples, estabelece que este deve ser aplicável a um grande número de situações análogas, e não somente a um determinado evento comunicativo; a segunda, já um pouco mais

⁵ Enquadrando nos moldes da teoria da argumentação, podemos parafrasear este enunciado como segue: a análise da significação e do grau de argumentatividade dos operadores não é suficiente para garantir que o argumento exposto por B fez com que A chegasse à conclusão pretendida por B; para tanto, é necessário recorrer também ao conceito de topos argumentativo.

complexa, faz menção à natureza da relação entre os elementos semânticos (que correspondem, simplesmente, aos fatos descritos pelas frases) envolvidos em um ato argumentativo.

Vejamos em maior detalhe como a natureza gradual dos elementos semânticos aparece em relação a nosso exemplo: temos um falante A fazendo um convite a B para ir ao cinema, e B provavelmente recusando, implicitamente, em uma situação, e esse mesmo falante acenando com a possibilidade de uma resposta positiva, também implicitamente, em outra. Primeiramente, imaginemos os seguintes diálogos, mantendo as mesmas condições contextuais estabelecidas acima:

Diálogo 1:

A: Você quer ir ao cinema agora às 8h20min ver *Traffic*?

B: São quase oito horas!

Diálogo 2:

A: Você quer ir ao cinema agora às 8h20min ver *Traffic*?

B: Não são nem oito horas...

Tanto no diálogo 1 como no 2, os elementos semânticos são os mesmos – o elemento semântico da frase A podendo ser sintetizado como um convite para ir ao cinema ver *Traffic* às 8h20min, e o da frase B, o fato de não serem oito horas. Contudo, já sabemos que a conclusão a que se chega a partir desses mesmos elementos semânticos difere uma da outra, porque contribuem para o sentido do enunciado não somente o fato descrito, mas também os operadores e o topos argumentativo ativado.

Já analisamos a função desempenhada pelos operadores; passemos, agora, ao reconhecimento do topos atualizado nestes dois diálogos. Para Ducrot, o topos é o princípio argumentativo que autoriza a passagem de um elemento semântico *e* a uma conclusão *r*. No diálogo 1, temos o elemento semântico *e* da frase dita por B – não são oito horas – autorizando uma conclusão *r* – não há como irmos ao cinema –, assegurada por uma constatação geral e universal, no sentido dado pelo autor a essas palavras, e que pode, além disso, ser formulada de um modo gradual: quanto menos tempo dispomos para

chegar a um determinado lugar, menos provavelmente conseguiremos fazê-lo. Já no diálogo 2, temos o mesmo elemento semântico – não são oito horas – autorizando uma outra conclusão *r* – existe a possibilidade de irmos ao cinema – devido à ativação de um topos argumentativo de outra natureza, isto é: quanto mais tempo dispomos para chegar a determinado lugar, mais provavelmente conseguiremos fazê-lo.

2.3 Conhecimento prévio partilhado e conceito de *topos*

Como assinalamos no início deste artigo, a noção de conhecimento compartilhado faz parte do conceito de topos argumentativo, especificamente quando Ducrot e Ascombre projetam a sua natureza universal. Retomemos como os autores têm formalizado recentemente seu conjunto de princípios teóricos a partir do seguinte enunciado *E*:

Não tenho dinheiro (E).

Ducrot coloca a seguinte proposição: “um dado enunciado *E* contém sempre um elemento semântico *e*, que possui, por sua vez, um determinado valor argumentativo”, e estabelece três condições que devem ser atendidas para que a proposição seja verdadeira. A primeira condição diz que *e* (o elemento semântico) é um conteúdo no sentido de *E* (o enunciado em si), e a segunda estabelece que *e* é considerado, na enunciação de *E*, uma justificativa para uma certa conclusão *r*, que tanto pode ser explícita como implícita. Se explícita, ela é expressa por um outro enunciado *C*, ligado a *E*. Observando o enunciado abaixo:

Não tenho dinheiro. (E) Vou comprar o livro outro dia. (C)

podemos verificar que o elemento *e* representa a falta de dinheiro, anunciada em *E*, e a conclusão *r* (não posso comprar o livro) é tornada explícita no enunciado *C*.

A terceira condição estabelece que a orientação de *e* para *r* deve estar baseada em um princípio argumentativo, topos, que, como vimos, deve apresentar três características: a universalidade, a generalidade e o caráter gradual (uma variação na propriedade *P*, presente no enunciado *E*, implica uma variação na propriedade *Q*,

presente no enunciado C, de modo gradual).

Para ilustrarmos os conceitos envolvidos nesta última condição, voltemos ao nosso último exemplo: Não tenho dinheiro. Vou comprar o livro outro dia. Aqui, a orientação do elemento semântico e (a falta de dinheiro) para a conclusão r (não posso comprar o livro) está baseada no seguinte topos: "Quanto menos dinheiro se tem, menos se pode comprar", sendo que uma variação na propriedade P do enunciado (ou seja, a quantia de dinheiro) implica necessariamente uma variação na propriedade Q do enunciado C (o número de bens passíveis de serem adquiridos).

Retomemos agora o que afirmamos no início desta seção, ou seja, que ao conceito de topos subjaz a noção de conhecimento prévio de mundo partilhado. Ora, quando Ducrot propõe que a universalidade é inerente a qualquer topos, o que ele está dizendo de fato é que um princípio argumentativo deve estar baseado no conhecimento prévio partilhado. Em outras palavras, quando o lingüista sustenta que, para poder ser concebido como tal, um princípio argumentativo deve ser universal para pelo menos a pessoa que realiza o ato argumentativo e para a pessoa para quem o ato é proposto, ele está, mesmo que não diretamente, apontando para a importância de haver um conhecimento prévio de mundo partilhado no ato comunicativo.

Colocando de outro modo essa mesma relação entre coerência e interação leitor-texto e a noção de topos argumentativo proposta por Ducrot, poderíamos partir do seguinte raciocínio: qualquer enunciado somente pode ser interpretado como um modo de argumentação se ele for coerente para as pessoas envolvidas no ato comunicativo, e ele somente será coerente se seu conteúdo for partilhado – quer dizer, o conhecimento prévio de mundo partilhado é o que possibilita que um texto seja coerente ou não, como também é o conhecimento prévio de mundo partilhado o que possibilita que um topos constitua um princípio argumentativo ou não.

Para acompanharmos a análise dos textos que se segue, é vital que fique bem clara a noção de atualização de princípios argumentativos. Utilizaremos, para isso, o texto de Paiva (1996), que explica que os enunciados, em uma situação particular de discurso,

funcionam como atualizadores de princípios argumentativos mais gerais (*topoi*) na medida em que são eles que autorizam a passagem de um determinado elemento semântico e para uma dada conclusão *r*.⁶

Retomando o nosso enunciado *Não tenho dinheiro. Vou comprar o livro outro dia*, temos um princípio argumentativo geral (*Quanto menos dinheiro se tem, menos se pode comprar*) orientado a passagem de um elemento semântico e (falta de dinheiro) a uma conclusão *r* (não posso comprar o livro), e sendo atualizado em uma situação específica de discurso. Passemos, então, à análise.

3 APLICAÇÃO DA TEORIA

3.1 O *corpus*

Os textos analisados foram obtidos através do banco de dados do Projeto Varsul, que analisa a variação lingüística entre os falantes do sul do Brasil. Foram lidas as entrevistas transcritas realizadas com 12 informantes, escolhidos aleatoriamente, e daí foram selecionadas oito amostras que melhor permitiam visualizar o papel determinante do conhecimento prévio na interação texto-leitor/ouvinte.

Como o entrevistador não interagira freqüentemente com o entrevistado, já que o propósito da entrevista era deixar que o falante revelasse sua fala por meio de relatos de histórias e fatos, em alguns contextos era difícil precisar se o entrevistador estava compreendendo ou não o que o entrevistado lhe falava. Contudo, entendemos a não-interrupção do entrevistador como indicador de que o princípio argumentativo geral (o *topos*) atualizado naquela situação particular de discurso era também do conhecimento do entrevistador.

⁶ O texto original de Paiva é como segue: "Um enunciado específico não faz mais do que atualizar, numa situação particular de discurso, um princípio argumentativo mais geral que autoriza a passagem de uma causa a um efeito" (p.66). Preferimos modificar a parte final para facilitar a compreensão do leitor, mais familiarizado com os termos elemento semântico *e* e conclusão *r*, que representam, de qualquer modo, uma causa e um efeito.

3.2 Os dados

AMOSTRA Nº 1

Contexto: O informante está comentando sobre a pessoa que atropelou sua filha em um acidente automobilístico e fugiu sem prestar socorro.

I: O cara é um marginal, ele tem dois processos.

Elemento semântico **e**: o cara tem dois processos.

Conclusão **r**: ele é um marginal.

Princípio argumentativo atualizado: Quanto mais problemas com a justiça uma pessoa possui, maior a tendência em desconfiar da idoneidade dela.

Operadores argumentativos empregados: nenhum.

AMOSTRA Nº 2

Contexto: O informante estava descrevendo como funcionava a escola em que estudava quando era criança.

I: As professoras ensinavam, tu vês...onde eu estudava eu tinha a primeira e a segunda e a terceira e a quarta e a quinta tudo junto. Então uma professora ensinava para todos. Então era meio difícil para aprender.

Elemento semântico **e**: as professoras tinham muitos alunos para ensinar.

Conclusão **r**: os alunos não aprendiam tanto.

Princípio argumentativo atualizado: Quanto mais pessoas uma só pessoa deve atender em um espaço limitado de tempo, menos exclusivo e individual será esse atendimento.

Operadores argumentativos empregados: *Meio*, no último enunciado, modificando o adjetivo difícil, e equivalendo em significado, aproximadamente, à palavra *mais*.

AMOSTRA Nº 3

Contexto: A informante está falando sobre a profissão do

marido, caminhoneiro. A entrevistadora lhe pede se o marido já havia sofrido algum acidente de trânsito, e a resposta é a seguinte:

I: Que ele viu? Aconteceu pra ele. Ele bateu três vezes. Então, agora, quando ele vê, ele não...nem... prefere nem parar, sabe?

Elemento semântico e: O marido sofreu três acidentes de trânsito.

Conclusão r: Sempre que o marido se depara com algum acidente na estrada, prefere não parar.

Princípio argumentativo atualizado: Quanto mais traumática uma experiência, mais afastado dela ou de qualquer coisa que a lembre se procura ficar.

Operadores argumentativos empregados: nenhum.

AMOSTRA Nº 4

Contexto: A entrevistadora pergunta se a patroa da entrevistada gostava de seu filho, chamado Rodrigo, que morava na casa da patroa, juntamente com a empregada.

E: E ela (a patroa) gostava do Rodrigo?

I: Sim. O Rodrigo foi sempre uma criança muito calma, não chorava, não incomodava.

Elemento semântico e: o Rodrigo era um menino amável.

Conclusão r: a patroa gostava do Rodrigo.

Princípio argumentativo atualizado: quanto mais amável é uma pessoa, maior a probabilidade de que se goste dela.

Operadores argumentativos empregados: *Sempre* e *muito*, ambos no segundo enunciado, e ambos servindo para enfatizar o fato descrito pela frase.

AMOSTRA Nº 5

Contexto: A informante relatava um sonho seu não realizado.

I: O meu sonho era que meu filho se formasse mecânico, entende? Mas ele não quis estudar, ele não fez nem até o terceiro, a quarta, né.

Elemento semântico **e**: seu filho não passou da quarta série.

Conclusão **r**: ele não pode freqüentar um curso superior.

Princípio argumentativo: Quanto menos tempo se fica na escola (fundamental), mais distante se fica da possibilidade de uma graduação em nível de terceiro grau.

Operadores argumentativos empregados: *Mas e nem até*, no segundo enunciado, o primeiro servindo para mostrar uma oposição, e o segundo para enfatizar um dado (aqui, o grau, de escolaridade do filho).

AMOSTRA Nº 6

Contexto: O informante estava comentando sobre a discriminação que as pessoas de cor sofrem pelos habitantes de Panambi, cidade de colonização alemã.

I: Eu tenho uma comadre que ela é preta que nem um carvãozinho. Que eu até tenho medo que um dia ela venha aqui, o que eles (os habitantes da cidade) vão falar, né?

Nesse caso em especial, encontramos dois argumentos semânticos, os quais, juntos, nos permitem a conclusão **r**:

Elementos semânticos: - a comadre é da raça negra.

- os habitantes de Panambi discriminam pessoas de cor.

Conclusão **r**: se a comadre for a Panambi, será discriminada.

Princípio argumentativo atualizado: quanto mais diferente o indivíduo for em relação ao padrão considerado "padrão" em uma determinada comunidade, mais a comunidade tenderá a discriminá-lo.

Operadores argumentativos empregados: *Até*, no segundo enunciado, utilizado para ênfase.

AMOSTRA Nº 7

Contexto: O informante estava falando sobre sua relação com os pais na época em que morava com a família.

I: É que o pai viaja, né? Então o pai nunca estava em casa. Então com o pai a gente não se relacionava muito, né? Só com a mãe.

Elemento semântico **e**: o pai ficava pouco em casa.

Conclusão **r**: ele quase não se relacionava com os filhos.

Princípio argumentativo atualizado: quanto menos tempo se fica junto com uma pessoa, menos intimidade se cria.

Operadores argumentativos empregados: *Nunca*, no segundo enunciado, e *muito*, no terceiro, utilizados ambos para ênfase.

3.3 Análise dos dados

Começamos pelo fato que transparece em uma primeira análise da aplicação: a relação entre coerência textual e conhecimento prévio partilhado foi novamente ratificada (aqui, especificamente, através da noção de topos argumentativo desenvolvida por Ducrot e Ascombre). Para esclarecermos como se deu essa ratificação, precisamos lembrar de algumas considerações feitas ao longo deste trabalho. Refaçamos, então, o percurso: primeiramente, estabelecemos que o topos, enquanto princípio argumentativo geral e universal, representa a porção de conhecimento prévio que precisa ser ativada tanto pelo autor/falante como pelo leitor/ouvinte para que este consiga atribuir coerência ao texto que está interpretando. Antes da aplicação, dissemos que a não-interrupção do entrevistador equivaleria a um sinal de que o conhecimento requerido para a compreensão do topos atualizado na situação comunicativa era comum a ambos. Levando isso em consideração, e os dados tendo nos mostrado que não houve interrupções, chegamos à conclusão de que todos os princípios argumentativos foram de fato atualizados pelo receptor, o qual, por sua vez, pôde, através deles, atribuir coerência ao texto que lhe estava sendo endereçado.

Há, no entanto, um fato bem mais importante do que a confirmação da relação coerência-conhecimento prévio mostrada pela análise, e que consistia no principal objetivo deste estudo: através dos

dados, conseguimos comprovar que o referencial teórico disponibilizado pela teoria da argumentação desenvolvida por Ducrot, e em particular o conceito de topos argumentativo, pode ser utilizado para fornecer uma explicação bastante consistente, porque regular, da natureza desta relação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas idéias amplamente defendidas por estudiosos do texto (i) de que o fator coerência é o que distingue um texto de um não-texto e (ii) de que a atribuição de coerência a um texto pelo leitor/ouvinte passa necessariamente por seu conhecimento prévio de mundo, acreditamos ter apresentado, embora sinteticamente, dados que, com bases em conceitos da teoria da argumentação de Ducrot, possibilitaram confirmar novamente esta relação. Além disso, e principalmente, esperamos ter contribuído para explicitar, a partir de princípios teóricos consistentes, como essa relação acontece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to Textlinguistics**. London: Longman, 1981.

BROWN, Gillian; YULE, George. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

DUCROT, Oswald. Argumentação e topos argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. **História e Sentido na Linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p. 13-38.

DUCROT, Oswald. A pragmática e o estudo semântico da língua. **Letras de Hoje**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, v. 32, p.9-21.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São

Paulo: Contexto, 1997.

PAIVA, Maria da Conceição de. Aspectos Semânticos e Discursivos da Relação de Causalidade. In: MACEDO, Alzira Tavares *et al* (Org.). **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.61-74.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Pragmática e Cognição**: a textualidade pela relevância. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirde. **Relevance**: communication and cognition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

TRAVAGLIA; KOCH, Ingedore Villaça. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

ABSTRACT: Accepting that the idea of textuality implies coherence, and that the latter implies previous knowledge, this article demonstrates the impossibility of separating such theoretical notions by applying Ducrot's theory (1989) in interviews collected during the Varsul project.

KEY-WORDS: previous knowledge; coherence; reader-text interaction; topos.